



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Ata nº 003 da Sessão Ordinária nº 003, de  
22 de janeiro de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e dois de janeiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a  
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES**,  
4 **DANIEL LAVAREDA**, **MARA LÚCIA**, **CEZAR COLARES** e **ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada da  
5 Conselheira **ROSA HAGE**, bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-  
6 PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do  
7 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta  
8 Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo  
9 quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que  
10 possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação das Atas das  
11 Sessões 2.453ª e 2.456ª. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que  
12 foram anunciados os processos. **Processo nº 850012002-00; Prefeitura Municipal de Vigia;**  
13 **Prestação de Contas de 2002; Responsável Marlene Macedo Paiva de Vasconcelos; Auditores Sérgio**  
14 **Dantas e Ornilo Sampaio Filho; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro**  
15 **Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
16 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer  
17 prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
18 proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Vigia a não*  
19 *aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Marlene*  
20 *Macedo Paiva de Vasconcelos, face o descumprimento do art. 212, da CF/88 e do art. 29-A, I, da CF/88,*  
21 *assim como a ausência de processo licitatório no valor de R\$ 26.750,77 (vinte e seis mil, setecentos e*  
22 *cinquenta reais e setenta e sete centavos) (credor: L.F. Barbalho Júnior Construção e Serviços). Devendo,*  
23 *ainda, a Ordenadora efetuar os seguintes recolhimentos: - Aos Cofres Municipais: - R\$ 3.449,50 (três mil,*  
24 *quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), equivalente a 10% da remuneração anual do*  
25 *Ordenador de despesas, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000,*  
26 *pela remessa extemporânea dos RGF's. Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009:*  
27 *- R\$ 3.010,00 (três mil e dez reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º*  
28 *quadrimestres; PPA; LDO; Orçamento; Balanço Geral e RREO's do 1º ao 6º bimestre, nos termos do art.120-*  
29 *B, I, III e IV, do RI/TCM/Pa. - R\$ 3.000,00 (três mil reais), multa pelos descumprimentos do art. 212, da CF*  
30 *e do art. 29-A, I, da CF/88, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa, e sobre as despesas não*  
31 *licitadas no valor de R\$ 26.750,77, com base no art. 57 da LC nº 025/94. Cópia dos autos devem ser*  
32 *encaminhadas ao Ministério Público Estadual". Em votação: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro*





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

33 Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanham o Relator.  
34 A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém excluiu a multa ao FUMREAP. A Presidência  
35 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio  
36 recomendando à Câmara Municipal de Vigia a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal,  
37 exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Marlene Macedo Paiva de Vasconcelos, face os  
38 descumprimentos do art. 212, da CF/88 e do art. 29-A, I, da CF/88, assim como a ausência de processo  
39 licitatório no valor de R\$ 26.750,77 (vinte e seis mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e sete  
40 centavos) (credor: L.F. Barbalho Júnior Construção e Serviços), com recolhimento aos Cofres Municipais  
41 no valor de R\$ 3.449,50 (três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos),  
42 equivalente a 10% da remuneração anual do Ordenador de despesas, pela infringência ao artigo 5º,  
43 Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa extemporânea dos RGF's, sem  
44 prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao  
45 FUMREAP, multa de R\$-3.010,00 (três mil e dez reais), pela remessa intempestiva da prestação de  
46 contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; PPA; LDO; Orçamento; Balanço Geral e RREO's do 1º ao 6º  
47 bimestre, nos termos do art.120-B, I, III e IV, do RI/TCM/Pa; - multa de R\$-3.000,00 (três mil reais),  
48 multa pelo descumprimento do art. 212, da CF e do art. 29-A, I, da CF/88, com fundamento do art.  
49 120-A, II, do RI/TCM/Pa, e sobre as despesas não licitadas no valor de R\$-26.750,77, com base no art.  
50 57 da LC nº 025/94. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto ao FUMREAP. **Processo nº 850012004-**  
51 **00; Prefeitura Municipal de Vigia; Prestação de Contas de 2004; Responsável Marlene Macedo Paiva**  
52 **de Vasconcelos; Auditores Sérgio Dantas e Márcia Costa; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator -**  
53 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo  
54 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de  
55 parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.**  
56 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara*  
57 *Municipal de Vigia a aprovação, com ressalvas, das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de*  
58 *2004, de responsabilidade de Marlene Macedo Paiva de Vasconcelos, devendo a Ordenadora efetuar o*  
59 *recolhimento das seguintes multas: - Aos Cofres Municipais: - R\$-1.724,75 (hum mil, setecentos e vinte e*  
60 *quatro reais e setenta e cinco centavos), equivalente a 5% da remuneração anual do Ordenador de*  
61 *despesas, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa*  
62 *intempestiva dos RGF's. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 3.100,00*  
63 *(três mil e cem reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; LDO;*  
64 *Orçamento; Balanço Geral e RREO's do 1º ao 5º bimestre, nos termos do art.120-B, I, III e IV, do*  
65 *RI/TCM/Pa".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro  
66 Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanham o Relator. A Conselheira Mara Lúcia





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

67 acompanhou o Relator, porém excluiu a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
68 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal  
69 de Vigia a aprovação, com ressalvas, das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2004,  
70 de responsabilidade de Marlene Macedo Paiva de Vasconcelos, com recolhimento aos Cofres Municipais  
71 da multa no valor de R\$-1.724,75 (hum mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco  
72 centavos), equivalente a 5% da remuneração anual do Ordenador de despesas, pela infringência ao  
73 artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's.  
74 **Por maioria:** ao FUMREAP, multa de R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), pela remessa intempestiva da  
75 prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; LDO; Orçamento; Balanço Geral e RREO's do 1º ao  
76 5º bimestre, nos termos do art.120-B, I, II e IV, do RI/TCM/PA Vencida a Conselheira Mara Lúcia  
77 quanto ao FUMREAP. **Processo nº 170022004-00; Câmara Municipal de Bragança; Prestação de**  
78 **Contas de 2004; Responsáveis Francisco Cláudio R. Abdon (período de 01.01 a 30.04.2004) e Jorge**  
79 **Fernando da C. Souza (período de 01.05 a 31.12.2004); Auditor Leonardo Macieira; Procuradora - Chefe**  
80 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320, de**  
81 **17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
82 autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa e remessa da cópia dos  
83 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
84 proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Bragança, exercício financeiro*  
85 *de 2004, de responsabilidade de Francisco Cláudio Risuenho Abdon (Período: 01/01 a 30/04), face a conta*  
86 *"Agente Ordenador" no valor de R\$ 87.600,17 (oitenta e sete mil, seiscentos reais e dezessete centavos), e*  
87 *de Jorge Fernando da Costa Souza (Período: 01/05 a 31/12), face a não prestação de contas do 2º e 3º*  
88 *quadrimestres, gerando a conta "Agente Ordenador" no valor de R\$ 769.924,80 (setecentos e sessenta e*  
89 *nove mil novecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos), causando grave dano ao Erário, improbidade*  
90 *administrativa e descumprimento de normas legais e constitucionais, devendo os Ordenadores efetuarem os*  
91 *seguintes recolhimentos: ORDENADOR: Francisco Cláudio Risuenho Abdon (Período: 01/01 a 30/04) - Aos*  
92 *Cofres Municipais: - R\$ 87.600,17 (oitenta e sete mil, seiscentos reais e dezessete centavos), referente a*  
93 *devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado. - Ao FUMREAP/TCM*  
94 *instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 3.000,00 (três mil reais), relativo a multa pelo dano ao*  
95 *Erário. ORDENADOR: Jorge Fernando da Costa Souza (Período: 01/05 a 31/12) - Aos Cofres Municipais: - R\$*  
96 *5.000,00 (cinco mil reais), multa pela não remessa dos RGF's do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art.*  
97 *5º, Inciso I, §§ 1º, e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; - R\$ 769.924,80 (setecentos e sessenta e nove mil,*  
98 *novecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta*  
99 *"Agente Ordenador", devidamente atualizado. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de*  
100 *29.12.2009: - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), relativo a multa pela não prestação de contas do 2º e 3º*





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

101 *quadrimestres, dano ao Erário e não cumprimento de normas legais e constitucionais. Cópia dos autos deve*  
102 *ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". Em votação:* o Conselheiro Aloísio Chaves, o  
103 Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo  
104 acompanham o Relator. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém excluiu a multa ao  
105 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não  
106 aprovação das contas da Câmara Municipal de Bragança, exercício financeiro de 2004, de  
107 responsabilidade de Francisco Cláudio Risuenho Abdon (período: 01/01 a 30/04) e de Jorge Fernando  
108 da Costa Souza (período: 01/05 a 31/12), com os seguintes recolhimentos aos Cofres Municipais:  
109 ORDENADOR: Francisco Cláudio Risuenho Abdon (Período: 01/01 a 30/04) - R\$ 87.600,17 (oitenta e  
110 sete mil, seiscentos reais e dezessete centavos), referente a devolução pelo valor lançado à conta  
111 "Agente Ordenador", devidamente atualizado; ORDENADOR: Jorge Fernando da Costa Souza (Período:  
112 01/05 a 31/12) - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multa pela não remessa dos RGF's do 2º e 3º  
113 quadrimestres, nos termos do art. 5º, Inciso I, §§ 1º, e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; - R\$  
114 769.924,80 (setecentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos),  
115 relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, sem  
116 prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** - Ao  
117 FUMREAP: ORDENADOR: Francisco Cláudio Risuenho Abdon (Período: 01/01 a 30/04) - R\$ 3.000,00  
118 (três mil reais), relativo a multa pelo dano ao erário; ORDENADOR: Jorge Fernando da Costa Souza  
119 (Período: 01/05 a 31/12) - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), relativo a multa pela não prestação de contas  
120 do 2º e 3º quadrimestres, dano ao erário e não cumprimento de normas legais e constitucionais.  
121 Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto as multas ao FUMREAP. **Processo nº 1340022006-00;**  
122 **Câmara Municipal de Canaã dos Carajás; Prestação de Contas de 2006; Responsável Zito Augusto**  
123 **Correia; Auditores Daniel Lavareda, Maria do Socorro Pessoa da Silva e Adriana Oliveira; Procuradoras**  
124 **Mara Lúcia e Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320,**  
125 **de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
126 dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**  
127 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
128 **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás,  
129 exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Zito Augusto Correia, devendo ser expedido o  
130 competente Alvará de Quitação. Com impedimento do Conselheiro Daniel Lavareda e da Conselheira  
131 Mara Lúcia. **Processo nº 270022002-00; Câmara Municipal de Conceição do Araguaia;**  
132 **Prestação de Contas de 2002; Responsável José Wilson Amorim Paracampas; 2ª Controladoria;**  
133 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320,**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

134 **de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
135 dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**  
136 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela não aprovação das contas da Câmara*  
137 *Municipal de Conceição do Araguaia, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de José Wilson*  
138 *Amorim Paracampos, face a não prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, gerando a conta "Agente*  
139 *Ordenador", causando grave dano ao Erário. Deve o Ordenador efetuar os seguintes recolhimentos: - Aos*  
140 *Cofres Municipais: - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pela não remessa dos RGF's do 1º, 2º e 3º*  
141 *quadrimestres, nos termos do art. 5º, Inciso I, §§ 1º, e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; - R\$ 380.174,77*  
142 *(trezentos e oitenta mil cento e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos), relativo a devolução pelo*  
143 *valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº*  
144 *7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), multa pela remessa intempestiva da*  
145 *prestação de contas do 1º quadrimestre, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa - R\$ 10.000,00 (dez mil*  
146 *reais), multa pela não remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 120-B,*  
147 *§ 2º3 e pelo dano ao Erário. Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual"* **Em**  
148 **votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o  
149 Conselheiro José Carlos Araújo acompanham o Relator. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator,  
150 porém excluiu a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**  
151 decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, exercício  
152 financeiro de 2002, de responsabilidade de José Wilson Amorim Paracampos, com recolhimento de  
153 multa aos Cofres Municipais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela não remessa dos RGF's do  
154 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 5º, Inciso I, §§ 1º, e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; -  
155 R\$-380.174,77 (trezentos e oitenta mil cento e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos),  
156 relativo a devolução do valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, sem  
157 prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** - Ao  
158 FUMREAP: - R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de  
159 contas do 1º quadrimestre, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$ 10.000,00 (dez mil reais),  
160 multa pela não remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 120-B, §  
161 2º3 e pelo dano ao Erário. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação da multa ao FUMREAP.  
162 **Processo nº 760022002-00; Câmara Municipal de São Félix do Xingu; Prestação de Contas de**  
163 **2002; Responsável Gonçalo de Sousa Araújo; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator**  
164 **- Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo  
165 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação  
166 das contas, com ressalvas, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
167 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

168 pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de São Félix do Xingu, exercício  
169 financeiro de 2002, de responsabilidade de Gonçalo de Sousa Araújo, devendo ser expedido o  
170 competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 500022010-00; Câmara**  
171 **Municipal de Nova Timboteua;** Prestação de Contas de 2010; Responsável Antonio Edson Porfírio de  
172 Lima; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José  
173 Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
174 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A  
175 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou  
176 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de  
177 Nova Timboteua, exercício de 2010, de responsabilidade de Antônio Edson Porfírio de Lima, a quem  
178 deverá ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$ 653.951,69 (seiscentos e cinquenta e três mil,  
179 novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos). Ausência, por ocasião de votação, do  
180 Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve inversão de pauta, para o julgamento do processo nº13:  
181 **Processo nº 592032005-00; Fundo Municipal de Saúde de Porto de Moz;** Prestação de Contas  
182 de 2005; Responsável Marizete Barros Muniz; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator  
183 - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.318, de 15.01.2013.** Cumprindo  
184 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
185 não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
186 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação  
187 das contas do Fundo Municipal de Saúde de Porto de Moz, exercício de 2005, de responsabilidade de  
188 Marizete Barros Muniz, pela realização de despesas com os credores ALFAMED COMERCIAL LTDA e  
189 Derivados de Petróleo Machado Ltda., nos montantes de R\$-86.790,69 (oitenta e seis mil, setecentos e  
190 noventa reais e sessenta e nove centavos) e R\$-84.984,14 (oitenta e quatro mil, novecentos e oitenta e  
191 quatro reais e quatorze centavos), que excederam os valores licitados de R\$ 63.187,14 (sessenta e três  
192 mil, cento e oitenta e sete reais e quatorze centavos) e R\$ 38.630,70 (trinta e oito mil, seiscentos e  
193 trinta reais e setenta centavos), respectivamente, e o limite para a modalidade convite. Cópia dos autos  
194 ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve inversão da pauta para o julgamento do processo nº  
195 8: **Processo nº 1210172005-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Pau D'Arco;**  
196 **Prestação de Contas de 2005;** Responsável Josias Santos de Oliveira; 2ª Controladoria; Procuradora  
197 Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.320, de**  
198 **17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
199 autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
200 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

201 pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Pau D'Arco, exercício financeiro de  
202 2005, de responsabilidade de Josias Santos de Oliveira, devendo ser expedido o competente Alvará de  
203 Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 1210172006-00; Fundo Municipal de Meio**  
204 **Ambiente de Pau D'Arco; Prestação de Contas de 2006; Responsável Josias Santos de Oliveira; 2ª**  
205 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE**  
206 **nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
207 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas A matéria foi colocada **em**  
208 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
209 **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Pau  
210 D'Arco, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Josias Santos de Oliveira, devendo ser  
211 expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 1244302002-00;**  
212 **Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Araguaia; Prestação de Contas de**  
213 **2002; Responsável Francisco Edison Coelho Frota; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;**  
214 **Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo  
215 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
216 aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
217 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela  
218 aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Araguaia, exercício  
219 financeiro de 2002, de responsabilidade de Francisco Edison Coelho Frota, devendo ser expedido o  
220 competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 1244302003-00; Fundo**  
221 **Municipal de Assistência Social de São Domingos do Araguaia; Prestação de Contas de 2003;**  
222 **Responsável Francisco Edison Coelho Frota; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator**  
223 **- Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo  
224 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação  
225 das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu  
226 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das  
227 contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Araguaia, exercício financeiro de  
228 2003, de responsabilidade de Francisco Edison Coelho Frota, devendo ser expedido o competente Alvará  
229 de Quitação pelas despesas ordenadas **Processo nº 1053332006-00; Fundo Municipal dos**  
230 **Direitos da Criança e do Adolescente de Tucumã; Prestação de Contas de 2006; Responsável**  
231 **Marlene Pereira Duarte de Azevedo; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
232 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo  
233 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

234 das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
235 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do  
236 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tucumã, exercício financeiro de 2006, de  
237 responsabilidade de Marlene Pereira Duarte de Azevedo, devendo ser expedido o competente Alvará de  
238 Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 1053122006-00; Instituto de Previdência**  
239 **Municipal de Tucumã; Prestação de Contas de 2006; Responsável Valdevan Pereira da Silva; Auditora**  
240 **Elaine Bastos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE**  
241 **nº 32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
242 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
243 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,  
244 **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Instituto de Previdência Municipal de Tucumã,  
245 exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Valdevan Pereira da Silva, devendo ser expedido o  
246 competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. **Processos nº 110012003-00 –**  
247 **201200921-00; Prefeitura Municipal de Bagre; Recurso de Reconsideração interposto contra a**  
248 **decisão da Resolução nº 10.144, de 13.09.2011, prestação de contas de 2003; Responsável Pedro**  
249 **Corrêa Santa Maria; Procurador/Advogado Cláudio Fernando Mendes (OAB/PA 9.593); 3ª Controladoria;**  
250 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.321,**  
251 **de 18.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
252 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em**  
253 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,  
254 **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa do provimento do Recurso de Reconsideração,  
255 mantendo-se em todos os seus termos a decisão anterior prolatada através da Resolução nº  
256 10.144/2012, pelo encaminhamento de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura  
257 Municipal de Bagre, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. Pedro Corrêa Santa Maria,  
258 mantendo-se a determinação de recolhimento aos Cofres Públicos Municipais das multas aplicadas, bem  
259 como o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processos nº 190012003-00 –**  
260 **201200966-00; Prefeitura Municipal de Bujaru; Recurso de Reconsideração interposto contra a**  
261 **decisão da Resolução nº 10.179, de 18.10.2011, prestação de contas de 2003; Responsável Miguel**  
262 **Bernardo da Costa; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara**  
263 **Lúcia; Publicado no DOE nº 32.321, de 18.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
264 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do  
265 Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A  
266 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

267 provimento parcial do Recurso de Reconsideração, alterando-se a decisão anterior prolatada nos termos  
268 da Resolução n.º 10.179, dando-se baixa no débito lançado à conta "Agente Ordenador", bem como da  
269 falha relacionada a não apropriação dos encargos patronais no exercício, mantendo-se a emissão de  
270 parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Bujaru a não aprovação das contas prestadas por  
271 Miguel Bernardo da Costa, exercício financeiro de 2003, da Prefeitura Municipal pelas falhas  
272 remanescentes, mantendo-se a obrigação de recolhimento da multa de R\$-12.079,88 (doze mil, setenta  
273 e nove reais e oitenta e oito centavos), pela remessa intempestiva dos RGF's, sob a responsabilidade do  
274 Ordenador, a qual poderá ser parcelada por meio da Corregedoria/TCM-PA mediante iniciativa do  
275 próprio Recorrente. **Processos nº 201108701-00 – 040022007-00; Câmara Municipal de**  
276 **Alenquer; Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº 21.023/TCM, de**  
277 **03.05.11, prestação de contas de 2007; Responsável José Rafael Valente Neto; 4ª Controladoria;**  
278 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº**  
279 **32.320, de 17.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
280 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria  
281 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo conhecimento e provimento*  
282 *parcial, devendo a decisão recorrida ser reformada, no sentido de aprovar as contas da Câmara Municipal de*  
283 *Alenquer, exercício 2007, excluída a multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pela ausência de regulamentação.*  
284 *Alvará de quitação, no valor de R\$ 1.038.882,23, (hum milhão, trezentos mil, oitocentos e oitenta e oito reais*  
285 *e vinte e três centavos) deve ser entregue a José Rafael Valente Neto, ordenador das contas". Em votação:*  
286 o Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu  
287 VISTA dos autos. Às 10:50 a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processos nº**  
288 **200815959-00 – 733992005-00; Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá;**  
289 **Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº 17.118, de 08.04.2008, prestação**  
290 **de contas de 2005; Responsável Gilberto Barata Cardoso; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Inez**  
291 **Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013;**  
292 **Retirado de Pauta na Sessão do dia 18.12.2012.** Retirado de Pauta. **Processos nº 683982005-**  
293 **00 – 200715963-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Isabel do Pará; Recurso**  
294 **de Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº 15.921, de 02.08.2007, prestação de**  
295 **contas de 2005; Responsável Eudja Maria Pereira Cancela; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina**  
296 **Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013;**  
297 **Retirado de Pauta na Sessão do dia 18.12.2012.** Retirado de Pauta. **Processos nº 684002005-**  
298 **00 – 201021414-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Isabel do Pará; Recurso de**  
299 **Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº 17.224, de 24.04.2008, prestação de contas**  
300 **de 2005; Responsáveis Alberto Mitsuyuki de Brito Kató (período de 01.01 a 14.03.2005) e José Maria**

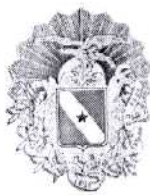




**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

301 Pereira Tinoco (período de 15.03 a 31.12.2005); 6ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame  
302 da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013;  
303 Retirado de Pauta na Sessão do dia 18.12.2012. Retirado de Pauta. Processo nº 201014783-  
304 00; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém; Prestação de Contas do Convênio  
305 nº 009/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Emanuel O' de Almeida Filho; 4ª  
306 Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;  
307 Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
308 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi  
309 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
310 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação  
311 de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém, referente ao Convênio nº 009/2009 e aditivos, firmados  
312 com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor de Emanuel O' de  
313 Almeida Filho o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-30.000,00 (trinta mil reais). Ausência, por  
314 ocasião de votação, dos Conselheiros Cezar Colares e José Carlos Araújo. Processo nº 200920450-  
315 00; Associação dos Amigos da Terra Firme; Prestação de Contas do Convênio nº 003/2009,  
316 firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Heraldo Maria Silva Coelho; 4ª Controladoria;  
317 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE  
318 nº 32.320, de 17.01.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
319 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
320 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
321 **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação de Amigos da Terra  
322 Firme, referente ao Convênio nº 003/2009 e Primeiro Termo Aditivo, firmados com a Fundação Papa  
323 João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor de Heraldo Maria Silva Coelho, o respectivo  
324 Alvará de Quitação, no valor de R\$-17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais). Ausência, por  
325 ocasião de votação, dos Conselheiros Cezar Colares e José Carlos Araújo. Processo nº 201007425-  
326 00; Instituto de Qualificação e Proteção Social da Amazônia – IQPAM; Prestação de Contas do  
327 Convênio nº 008/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Maria Heloísa Barros  
328 Leal; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;  
329 Publicado no DOE nº 32.320, de 17.01.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
330 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi  
331 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
332 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Instituto de  
333 Qualificação e Proteção Social da Amazônia -IQPAM referente ao Convênio nº 008/2009 e aditivos,





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

334 firmados com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor de Maria  
335 Heloísa Barros Leal, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-30.000,00 (trinta mil reais).  
336 Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Cezar Colares e José Carlos Araújo. **Processo nº**  
337 **201218312-00; Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa; Lei nº 1.810/12, de 12.09.2012, que**  
338 **fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013/2016;**  
339 **Interessado Amos Bezerra da Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José**  
340 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
341 autos e manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
342 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
343 pelo cadastramento do ato de fixação dos subsídio do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários do Município  
344 de Augusto Corrêa, traduzido na Lei nº 1.810/12, de 12 de setembro de 2012, posto atendidos os  
345 limites e pressupostos constitucionais. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5º  
346 Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. Ausência, por ocasião de  
347 votação, dos Conselheiros Cezar Colares e José Carlos Araújo. **Processo nº 201214978-00;**  
348 **Prefeitura Municipal de São João de Pirabas; Lei nº 953/12, de 30.08.2012, que fixa os subsídios**  
349 **do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013/2016; Interessado Luiz**  
350 **Claudio Teixeira Barroso; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José**  
351 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
352 autos e manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
353 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
354 pelo cadastramento da Lei nº 953/12, de 30/08/2012, que fixou o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e  
355 Secretários do Município de São João de Pirabas, para a Legislatura de 2013/2016, posto que atendido o  
356 previsto na Legislação pertinente. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5º Controladoria,  
357 responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. Ausência, por ocasião de votação, dos  
358 Conselheiros Cezar Colares e José Carlos Araújo. **Processo nº 201217110-00; Câmara Municipal**  
359 **de Sapucaia; Resolução nº 002, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013 a 2016;**  
360 **Interessado Carlos Borges dos Santos; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio**  
361 **Chaves; Retirado de Pauta na Sessão do dia 15.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
362 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento. A  
363 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
364 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo não cadastro da Resolução nº 002, de  
365 14/09/12, que fixa os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Sapucaia, para a legislatura  
366 2013 a 2016. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

367 **201216774-00; Câmara Municipal de Jacundá; Resolução nº 01/2012, que reajusta os subsídios**  
368 **dos Vereadores, para a legislatura 2013 a 2016; Interessado Lindomar dos Santos Marinho; Procuradora**  
369 **Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o**  
370 **Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento. A**  
371 **matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência**  
372 **proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 2.547/2012,**  
373 **de 19 de setembro de 2012, que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Jacundá, para a**  
374 **legislatura que se inicia em 01.01.2013, com remessa dos autos a 4ª Controladoria para conhecimento.**  
375 **Ausência, por ocasião de votação, do conselheiro Daniel Lavareda. Processo nº 201217367-00;**  
376 **Câmara Municipal de Rondon do Pará; Resolução nº 01/2012, que reajusta os subsídios dos**  
377 **Vereadores, para a legislatura 2013 a 2016; Interessado Gedeon Ramos da Silva; Procuradora Maria**  
378 **Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério**  
379 **Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi**  
380 **colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a**  
381 **Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/2012, de 25**  
382 **de setembro de 2012, que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Rondon do Pará para a**  
383 **legislatura que se inicia em 01.01.2013, com remessa dos autos a 4ª Controladoria para conhecimento.**  
384 **Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Aloísio Chaves e José Carlos Araújo. Processo nº**  
385 **201214900-00; Câmara Municipal de Augusto Corrêa; Resolução nº 002/12, de 04.09.2012, que**  
386 **fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013 a 2016; Interessado Raimundo Reginaldo**  
387 **Santana; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**  
388 **Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e**  
389 **manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator**  
390 **proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo**  
391 **castramento com a ressalva do § único do art. 3º da Resolução nº 002/12, de 04/09/2012, que fixou o**  
392 **subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Augusto Corrêa para a Legislatura de 2013/2016,**  
393 **posto que no mais, restou atendido o previsto na legislação pertinente. Após os trâmites legais,**  
394 **encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013.**  
395 **Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Aloísio Chaves e José Carlos Araújo. Processo nº**  
396 **201209492-00; Câmara Municipal de Curuçá; Resolução nº 002/12, de 09.06.2012, que fixa os**  
397 **subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013 a 2016; Interessado Joaquim Ribeiro da Luz;**  
398 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo**  
399 **regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo**





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

400 cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
401 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da  
402 Resolução nº 002/12, de 09/06/2012, que fixou o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de  
403 Curuçá, para a Legislatura de 2013/2016, posto que atendido o previsto na legislação pertinente. Após  
404 os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no  
405 biênio 2012/2013. Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Aloísio Chaves e José Carlos  
406 Araújo. **Processo nº 201217264-00; Câmara Municipal de Inhangapi**; Resolução nº 001/2012,  
407 de 05.09.2012, que fixa os subsídios os Vereadores para a legislatura 2013 a 2016; Interessado  
408 Dacivaldo Ferreira dos Santos; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José  
409 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
410 autos e manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
411 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
412 pelo cadastramento da Lei nº 001/12, de 05/09/2012, que fixou o subsídio dos Vereadores da Câmara  
413 Municipal de Inhangapi, para a Legislatura de 2013/2016, posto que atendido o previsto na legislação  
414 pertinente. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise  
415 do Município no biênio 2012/2013. Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Aloísio Chaves e  
416 José Carlos Araújo. **Processo nº 201218265-00 (09.11.2012); Câmara Municipal de Maracanã**;  
417 **Resolução nº 001/2012, de 29.06.2012, que fixa os subsídios os Vereadores para a legislatura 2013 a**  
418 **2016; Interessado Jesus Nazareno Siqueira**; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro  
419 Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
420 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**.  
421 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
422 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/12, de 29/06/2012, que fixou o  
423 subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Maracanã, para a Legislatura de 2013/2016, posto que  
424 atendido o previsto na legislação pertinente. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5ª  
425 Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. Ausência, por ocasião de  
426 votação, dos Conselheiros Aloísio Chaves e José Carlos Araújo. **Processo nº 201214932-00**  
427 **(06.09.2012); Câmara Municipal de São Francisco do Pará**; Resolução nº 001/2012, de  
428 17.08.2012, que fixa os subsídios os Vereadores para a legislatura 2013 a 2016; Interessado Erinaldo  
429 Gomes de ; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.  
430 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
431 manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
432 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

433 cadastramento da Resolução nº 001/12, de 24/08/2012, que fixou o subsídio dos Vereadores da Câmara  
434 Municipal de São Francisco do Pará, para a Legislatura de 2013/2016, posto que atendido o previsto na  
435 legislação pertinente. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável  
436 pela análise do Município no biênio 2012/2013. Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros  
437 Aloísio Chaves e José Carlos Araújo. **Processo nº 201218796-00; Câmara Municipal de Viseu;**  
438 **Resolução nº 003/12, de 27.08.2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013 a**  
439 **2016; Interessado Cheirlane Melo Viana; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -**  
440 **Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
441 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento. A matéria foi colocada **em**  
442 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
443 **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento com ressalva ao art. 4º da Resolução nº 003/12, de  
444 27/08/2012, que fixou o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Viseu para a Legislatura de  
445 2013/2016, posto que no mais restou atendido o previsto na legislação pertinente. Após os trâmites  
446 legais, encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio  
447 2012/2013. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
448 **200917704-00; Município de Belterra; Denúncia – exercício de 2009; Denunciante Jociclélio Castro**  
449 **Macedo; Denunciado Reginaldo Soares Lobo; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator**  
450 **- Conselheiro Antônio José Guimarães.** Retirado de Pauta. Às onze horas e vinte e dois minutos, o  
451 Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201216619-00;**  
452 **Câmara Municipal de Breves; Resolução nº 003/2012, que estabelece diárias para os Vereadores do**  
453 **Município de Breves; Interessada Orquidéa Nascimento da Costa; Procuradora Maria Inez Gueiros;**  
454 **Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
455 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento. A matéria foi colocada **em**  
456 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"concordando com os técnicos e com a*  
457 *representante do Ministério Público no sentido de que o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)*  
458 *atribuído como diária para os Vereadores do Município de Breves não é sequer razoável, voto no sentido de*  
459 *não se cadastrar tal ato. Recomendo que sejam pagos os valores atuais até que se edite no ato respeitando,*  
460 *na fixação do valor, pelo menos o princípio da razoabilidade".* **Em votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves e  
461 a Conselheira Mara Lúcia divergiram do Relator e votaram pelo cadastramento da Resolução. O  
462 Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo  
463 acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria,**  
464 decidiu pela negativa de cadastramento da Resolução nº 003/2012. Vencidos os Conselheiros Aloísio  
465 chaves e Mara Lúcia. **Processo nº 201218873-00; Câmara Municipal de Cametá; Resolução nº**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

466 004/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado Raimundo  
467 Cândido dos Santos; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo  
468 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo  
469 cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo*  
470 *cadastro da Resolução nº 004/2012 da Câmara Municipal de Cametá, que fixa como teto máximo em R\$*  
471 *10.000,00 (dez mil reais) os subsídios para os Membros daquela Casa Legislativa para Legislatura 2013/2016,*  
472 *conferindo-se a possibilidade de correção aos iniciais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) fixados para 2013, nos*  
473 *termos de sua promulgação, com a comunicação a esta Corte de Contas*". **Em votação:** o Conselheiro  
474 Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda e a Conselheira Mara Lúcia divergiram do Relator e  
475 votaram pelo não cadastramento da Resolução nº 004/2012. O Conselheiro José Carlos Araújo  
476 acompanhou o Relator, na íntegra. O Conselheiro Antônio José pediu VISTA dos autos. **MATÉRIA**  
477 **ADMINISTRATIVA:** O Conselheiro Antônio José pediu a palavra e apresentou o cronograma da  
478 Comissão com as datas definidas para a apresentação dos trabalhos referentes a elaboração do novo  
479 Regimento Interno do TCM. Após as discussões referentes a matéria, a Presidência proclamou a  
480 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação do cronograma apresentado. O  
481 Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e solicitou que fosse revogada a Portaria nº 1.251/2012/TCM  
482 em função da Portaria editada pelo STN nº 753, de 21/12/2012, que flexibilizou para 2014 a adequação  
483 aos ajustes necessários do novo plano de contas aplicado o Setor Público, mantendo para 2013 - neste  
484 TCM - o sistema antigo em vigor. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
485 decidiu pela revogação da Portaria. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Conselheiro Aloísio  
486 Chaves; 1) Processo nº 201205255-00; Instituto de Previdência dos Servidores de Município de Santana  
487 do Araguaia; Aposentadoria de Terezinha Martins. 2) Processo nº 201214884-00; Instituto de  
488 Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria de Maria Elza de Brito Silva. Relatora -  
489 Conselheira Rosa Hage; 1) Processo nº 201110204-00; Instituto de Previdência e Assistência dos  
490 Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Maria de Lourdes de Carvalho Macedo. 2)  
491 Processo nº 201202872-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de  
492 Ananindeua; Aposentadoria de Maria Edimar Marques Santana. 3) Processo nº 201202880-00; Instituto  
493 de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Aposentadoria de Ana Marcélia  
494 Barbosa da Silva. 4) Processo nº 201204378-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores  
495 Municipais de Ananindeua; Aposentadoria de Raimunda Jerusalém Ramos Brito. 5) Processo nº  
496 201204382-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua;  
497 Aposentadoria de Nilza Maria de Oliveira Leal. 6) Processo nº 201204383-00; Instituto de Previdência e  
498 Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Aposentadoria de Maria José Barbosa do Carmo.  
499 7) Processo nº 201204385-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

500 Ananindeua; Aposentadoria de Martinha Nazaré Santos dos Santos. 8) Processo nº 201204386-00;  
501 Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Aposentadoria de Vania  
502 Maria Jacques de Oeiras. 9) Processo nº 201213779-00; Instituto de Previdência e Assistência dos  
503 Servidores Municipais de Ananindeua; Aposentadoria de Maria das Graças Soares Ribeiro. 10) Processo  
504 nº 201213780-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua;  
505 Aposentadoria de Nanci Brandão Tavares. 11) Processo nº 201117489-00; Instituto de Previdência do  
506 Município de Abaetetuba; Pensão de José Afonso Soares Moraes. 12) Processo nº 201206205-00;  
507 Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Pensão de Jonas  
508 Gomes Lima. Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1) Processo nº 201011669-00; Instituto de  
509 Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Aposentadoria de Gelceni Zocateli Rosa. 2)  
510 Processo nº 201200927-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas;  
511 Aposentadoria de Maria Antonia Machado Teixeira. 3) Processo nº 201207032-00; Instituto de  
512 Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Aposentadoria de Maria Trindade de Oliveira. 4)  
513 Processo nº 201214912-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas;  
514 Aposentadoria de Maria Soares Dantas. 5) Processo nº 201203391-00; Instituto de Previdência e  
515 Assistência do Município de Paragominas; Pensão de Maria José dos Santos Hirschmann. 6) Processo nº  
516 200919967-00 (V vls); Prefeitura Municipal de Barcarena; Decretos que nomeiam Michel Poça Dias e  
517 outros, aprovados no Concurso Público nº 002/2007. 7) Processo nº 201204984-00 (VI vls); Prefeitura  
518 Municipal de Paragominas; Contratos temporários de Ângela do Socorro Costa Assunção e outros. 8)  
519 Processo nº 201210605-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos temporários de Aureclides  
520 Pereira de Souza e outros. 9) Processo nº 201213743-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;  
521 Contratos temporários de Lilian Helena Monducci Guimarães de Carvalho e outros. Relator - Conselheiro  
522 Daniel Lavareda; 1) Processo nº 201205288-00; Instituto de Previdência do Município de Dom Eliseu;  
523 Aposentadoria de Geny dos Santos Ferraz. 2) Processo nº 201118946-00; Instituto de Previdência dos  
524 Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Maria das Dores Lima. 3) Processo nº  
525 201119510-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;  
526 Aposentadoria de Natalina da Silva Miranda. 4) Processo nº 201204258-00; Instituto de Previdência dos  
527 Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de José Maria de Souza. 5) Processo nº  
528 201210999-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;  
529 Aposentadoria de Maria Vieira de Carvalho. 6) Processo nº 201211000-00; Instituto de Previdência dos  
530 Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Maria Barbara Costa. 7) Processo nº  
531 201211001-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;  
532 Aposentadoria de Rosa Maria da Silva Rodrigues. 8) Processo nº 201212130-00; Instituto de





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

533 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Maria Albertina Silva  
534 Nascimento. 9) Processo nº 201212131-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de  
535 Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Raimunda Gaudino Queiroz. 10) Processo nº 201212132-00;  
536 Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de José  
537 Rodrigues da Guia. 11) Processo nº 201212133-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais  
538 de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Francisca Sousa Lima. 12) Processo nº 201213354-00;  
539 Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Maria  
540 Lima Silva. 13) Processo nº 201214302-00; Instituto de Previdência do Município de Dom Eliseu;  
541 Aposentadoria de Izabel dos Santos Silva da Luz. 14) Processo nº 201212129-00; Instituto de  
542 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Fernanda Cardoso Sobrinho.  
543 15) Processo nº 201212497-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá –  
544 IPASEMAR; Pensão de Edileuza dos Santos Andrade. 16) Processo nº 201214079-00; Instituto de  
545 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Mateus dos Santos Gurgel,  
546 Anna Karla dos Santos Gurgel e Samilly dos Santos Gurgel. 17) Processo nº 201214080-00; Instituto de  
547 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Luciene dos Santos Will. 18)  
548 Processo nº 201015409-00 (III vls); Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas; Decretos que  
549 nomeiam Rogério dos Santos Rodrigues e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2009. 19)  
550 Processo nº 201120286-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA; Contrato nº 572/2011,  
551 de Mirley Castro de Araújo. 20) Processo nº 201210271-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém –  
552 SESMA; Contratos temporários Erika Santos Costa e outros. 21) Processo nº 201012457-00; Secretaria  
553 Municipal de Saúde de Belém – SESMA; Convênio nº 001/2010, firmado com o Centro de Integração a  
554 Empresa Escola – CIEE. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1) Processo nº 201021144-00; Instituto de  
555 Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria de Lindalva da Costa Tavares. 2) Processo nº  
556 201208085-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria de Dorvalina  
557 Balleiro. 3) Processo nº 201208117-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre;  
558 Aposentadoria de Ilsa Carvalho de Souza 4) Processo nº 201106985-00; Fundo Municipal de Saúde de  
559 Alenquer; Contratos temporários de Antonio Oziris Assis de Souza e outros. 5) Processo nº 201211631-  
560 00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Contrato temporário nº 26/2012, de Cleoleide Rocha de  
561 Assis. Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; 1) Processo nº 201209779-00; Instituto de  
562 Previdência e Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria de Maria Rosimar Freitas da Silva.  
563 2) Processo nº 201117307-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria de  
564 Valda Alves dos Santos Barbosa. 3) Processo nº 201120268-00; Instituto de Previdência do Município de  
565 Castanhal; Aposentadoria de Verônica Ramos Geraldo. 4) Processo nº 201212251-00; Instituto de





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

566 Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria de Raimundo da Silva e Souza. 5) Processo nº  
567 201104507-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de  
568 Antônia do Socorro Ramos Nunes. 6) Processo nº 201107463-00; Instituto de Previdência e Assistência do  
569 Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Ana Cristina da Silva Borges. 7) Processo nº 201107811-00;  
570 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria Pereira dos  
571 Santos. 8) Processo nº 201110629-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;  
572 Aposentadoria de Zuleide de Melo Dutra. 9) Processo nº 201114963-00; Instituto de Previdência e Assistência  
573 do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Laércio Peralta Bezerra da Silva. 10) Processo nº  
574 201118629-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de  
575 Raimundo Saraiva. 11) Processo nº 201205477-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;  
576 Pensão de Lilian Janaina Pantoja de Santana. 12) Processo nº 201019181-00; Instituto de Previdência e  
577 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Araci Almenda Durans Barroso. 13) Processo nº  
578 201104377-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Aldenise  
579 Franco Vilaça e Mirian da Conceição Xavier Brito. 14) Processo nº 201109565-00; Instituto de Previdência e  
580 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Tereza de Jesus Fonseca da Silva. 15) Processo nº  
581 201119656-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Eliete  
582 Barata das Neves. 16) Processo nº 201200206-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de  
583 Belém – IPAMB; Pensão de José Ramos Pereira. 17) Processo nº 201202746-00; Instituto de Previdência e  
584 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Sarah Souza da Silva. 18) Processo nº 201202748-  
585 00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Norma Iracema Gaspar  
586 Rocha. 19) Processo nº 201203976-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém –  
587 IPAMB; Pensão de Maria de Nazaré dos Santos Cordeiro. 20) Processo nº 201205214-00; Instituto de  
588 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Antônia Brito Silva de Lima. **PALAVRA**  
589 **DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** Após, a Presidência declarou  
590 **ENCERRADA** a presente Sessão às onze horas e cinquenta e seis minutos da qual foi lavrada a presente  
591 Ata.

592 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e dois de janeiro de dois  
593 mil treze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão